

ISSN: 2319-0124

MAPEAMENTO E DETALHAMENTO DAS OCS: Organizações de Controle Social do Sul de Minas Gerais

Felipe F. INGUAGGIATO¹; Bruna D. SOUZA²; Raphael M. S. FONSECA³; Bianca V. LINO⁴;
Pâmela S. GRILLO⁵; Sergio PEDINI⁶

RESUMO

A agricultura orgânica vem se mostrando como uma alternativa viável de produção e distribuição de alimentos, mas para tanto torna-se necessário um sistema de garantia da qualidade, via certificação. A legislação brasileira prevê, nesse caso, os Sistemas Participativos de Garantia – SPGs, e entre eles as OCSs – Organizações de Controle Social, objeto deste estudo. O Sul do Estado de Minas compõe o estudo de caso da pesquisa e comporta as OCSs aqui estudadas, utilizando metodologias informatizadas de mapeamento. A base de dados foi o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de consultas diretas junto aos atores envolvidos. Como resultado, foram descritas, analisadas e mapeadas 8 (oito) OCSs no Sul de Minas Gerais. Trata-se de um assunto pioneiro, fundamental para a análise e o estabelecimento de políticas voltadas à produção orgânica certificada.

Palavras-chave: Produção Orgânica; Agroecologia; Gestão Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Técnico-Científico-Informacional, dentre outros fatores, fomentou o desenvolvimento de técnicas que interferiram intrinsecamente no modelo de produção agrícola (SANTOS, 1996), levando a diversas problemáticas, como o crescimento de latifúndios, utilização de agrotóxicos e perda de diversidade genética, além da poluição do meio ambiente e de seus corpos hídricos. Visando a ruptura desse modelo produtivo existente, a produção orgânica – que no Brasil, ganha conotação a partir da década de 1980 - se apresenta como uma alternativa sustentável, que busca diminuir as desigualdades socioeconômicas no campo (MASCARENHAS et al., 2020).

Do ponto de vista econômico, esse modelo de produção ganha espaço no mercado, e suas áreas cultiváveis aumentaram (enquanto no ano 2000 sua produção ocupava 15 milhões de hectares, em 2017 esse número alcançou 69.8 milhões) (IBGE, 2017). Todavia, para que essa difusão aconteça, foi necessário um processo de garantia de qualidade e certificação de seus produtos, que são

¹Bolsista FAPEMIG, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: felipe.inguaggiato@ifsuldeminas.edu.br

²Bolsista, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: brunanaldoni@hotmail.com.

³Bolsista, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: raphamfonseca@hotmail.com.

⁴Bolsista, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: bv.lino@hotmail.com.

⁵Bolsista, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: pamela.souza@alunos,ifsuldeminas.edu.br

⁶Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Poços de Caldas. E-mail: sergio.pedini@ifsuldeminas.edu.br

subdivididos, estruturalmente, em dois. O primeiro é voltado à certificação de produto orgânico por auditoria, enquanto o segundo ocorre pela concessão através dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), amparados pela Lei nº 10.831/2003 e Decreto nº 6.323/2007 (BRASIL, 2003;2007). As mesmas caracterizam a produção orgânica e seus aparatos legais para fiscalização.

Os SPGs, por sua vez, se dividem em outros dois grupos: o primeiro, intitulado de Organismos Participativos de Avaliação e Conformidade (OPAC) são organizadas de forma jurídica como forma de certificação de produtores; a segunda, é referente às Organizações de Controle Social (OCS), se caracterizando como uma forma de organização entre os agricultores familiares, que realizam atividades econômicas de forma direta ao consumidor, e a certificação e garantia de conformidade é realizada pelos mesmos (BECKER et al., 2020) – entendendo que este atende uma escala local, como feiras e demais modalidades.

Todavia, a sistematização de dados e identificação espacial dos produtores, assim como uma análise quantitativa dos mesmos, carece de fontes e produtos cartográficos, principalmente no que se refere às OCS no Sul de Minas Gerais, sendo esta uma problemática apontada tanto por pesquisadores quanto demais profissionais para analisar e entender esta distribuição espacial. Assim, o principal objetivo do presente trabalho é apontar a distribuição das OCS nessa região, buscando correlações e análises, utilizando de ferramentas de geoprocessamento e produtos cartográficos.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia do presente trabalho se configurou na instituição de quatro etapas. Em um primeiro momento, foi necessária uma busca conceitual e teórica relacionada à temática, por meio de buscas bibliográficas e legislativas. Uma vez levantado e constituído o arcabouço teórico, a etapa subsequente voltou-se ao levantamento de dados secundários, mediante buscas em portais eletrônicos voltados aos cadastros de produtores orgânicos no Brasil – mais especificamente, pela plataforma nacional fornecida pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – a fim de instituição e entendimento da distribuição espacial destes produtores. A segunda etapa subdividiu-se na tabulação e refinamento de todos os dados obtidos pelo MAPA, utilizando o *software* Excel, filtrando informações vinculadas somente aos produtores vinculados as OCS no sul de Minas Gerais.

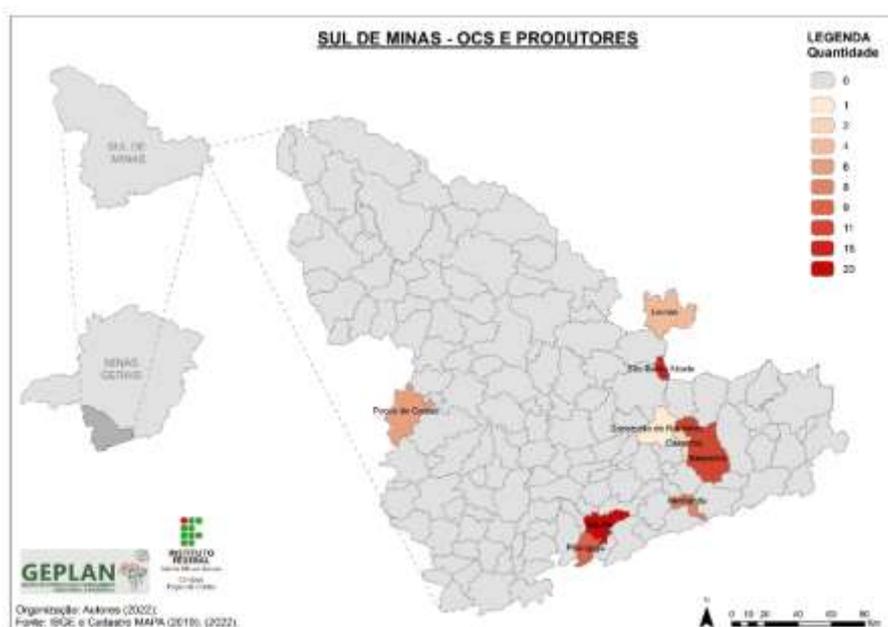
A terceira etapa, por sua vez, teve como intuito retificar os dados obtidos na plataforma, através de um levantamento *in loco* com os coordenadores de cada núcleo. Como resultado final da presente etapa, um arquivo, em formato tabular, foi gerado, de modo a entender os dados de modo quantitativo. Por fim, estes dados foram sistematizados e especializados utilizando o *software* QGis 3.20.3 (uma ferramenta de geoprocessamento gratuita), tendo como fruto produtos cartográficos, contribuindo para uma análise integrada e holística dos dados obtidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, foi possível espacializar todas as OCS encontradas no Sul de Minas Gerais, sendo identificadas 9 OCS, sendo elas: i. Agricultores Familiares Agroecológicos de Baependi e ii. Grupo de Agroecologia de Caxambu e Baependi, localizadas no município de Baependi; iii. Grupo de Agroecologia de Caxambu e Baependi, em Caxambu; iv. Grupo de Agroecologia de Caxambu e Baependi, no município de Conceição do Rio verde; v. Peroba e vi. Itajubá I, localizadas em Itajubá; vii. OCS Itanhandu, no município de mesmo nome; viii. Associação das Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras, em Lavras; ix. OCS Piranguçu e x. Grupo Antunes, em Piranguçu; xi. Orgânicos Poços de Caldas, em Poços de Caldas; e xii. Associação dos Produtores Rurais de São Bento Abade, em São Bento Abade. A Figura 1 mostram as OCS supracitadas.

Primeiramente, é possível observar que a maior parte das OCS se concentram na região sudeste do Sul de Minas Gerais – o que pode ser justificado pela presença das BR-381, que interliga a regiões metropolitanas, como Belo Horizonte e São Paulo e a BR-459, interligando os municípios sul mineiros a outros estados, como a Bahia, o Rio de Janeiro e o próprio Estado de Minas Gerais. Não só isso, mas também se observa a existência de 57 produtores orgânicos nestes núcleos municipais, onde Itajubá e Itanhandu apresentam a maior concentração de produtores, totalizando 20 e 10 produtores, respectivamente. Alguns municípios apresentam uma quantidade menor de produtores, como Conceição do Rio Verde (com 1 produtor) e Caxambu (com dois). A Figura 1 apresenta a localização das OCS e a quantificação dos produtores orgânicos relacionados à OCS no sul de Minas Gerais.

Figura 1. Distribuição e Quantificação dos Produtores Orgânicos das OCS.



Fonte: MAPA (2022) e IBGE (2019). Org: Autores (2022).

5. CONCLUSÕES

Apesar das dificuldades apresentadas, foi possível contribuir com o tocante ao estado da arte na temática proposta – a distribuição das OCS no Sul de Minas Gerais – e, não só isso, mas também como um material de fomento ao tanto ao meio acadêmico (para desenvolvimento de novos estudos) quanto aos produtores orgânicos (para facilitação no processo de certificação), sendo um importante material de subsídio para estruturação e pensamento coletivo dos mesmos. Além disso, observa-se que as rodovias contribuem intrinsecamente para o fluxo e distribuição da produção orgânica em escala municipal e regional. Sugere-se em novos estudos que outras regiões do país sejam também mapeadas, afim de que seja criada uma base de consulta sobre as OCS brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a FAPEMIG – por meio da Demanda Universal e o IFSULDEMINAS, tanto a Reitoria quanto o Campus Poços de Caldas, pelos apoios via editais de bolsas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.381 de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União. 2003. Disponível em: <L10831 (planalto.gov.br)> Acesso em: 10 de junho de 2022.

_____. **Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei n. 10.381, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União. 2007. Disponível em: <Decreto nº 6323 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 9 de junho de 2022.

_____. **Cadastro Geral de Classificação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGC/MAPA)**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Governo Federal, Brasil. 2022. Disponível em: Registro no CGC/MAPA — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 01 de março de 2022.

BECKER, C.; et al. Processo de Regularização da produção orgânica pelos agricultores familiares: um estudo de caso sobre o OCS - Santana do Livramento, RS. **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 10, n. 10, p. 01-11. 2020.

MASCARENHAS, N.M.H.; et al. Modelos de agricultura sustentável: biodinâmica e sistema silvipastoril. **Revista de Ciências Agrárias**, v.43, n.3, p. 363-371. 2020.